



### Carta-Compromisso “A cidade que queremos”

Eu, \_\_\_\_\_, assumo, na condição de candidato a prefeito de Piracicaba (SP) pelo partido \_\_\_\_\_, o compromisso de cumprir as propostas abaixo relacionadas, construídas durante os encontros da Frente de Mobilização Social “A cidade que queremos” a partir do diálogo entre as seguintes iniciativas e instituições:

Casa de Cultura Hip Hop de Piracicaba, dentre outros coletivos e cidadãos.

Seguem abaixo assinaladas as propostas com as quais me comprometo em meu mandato em cada uma das seguintes temáticas: *Educação; Direitos Humanos; Participação, Transparência e Combate à Corrupção; Habitação; Trabalho e Renda; Cultura; Esporte e Lazer; Saúde; Segurança Pública; Meio Ambiente e Agricultura; Educação Ambiental; Mobilidade Urbana; Clima.*

#### Educação

- ( ) Fortalecer, regulamentar e fiscalizar o trabalho das redes intersetoriais (saúde, assistência social, educação, etc.);
- ( ) Reduzir o número de alunos por sala de aula, visando a qualidade no ensino;
- ( ) Garantir professores substitutos nas escolas;
- ( ) Inserir profissionais de outras áreas nas escolas, como agentes de saúde, assistentes sociais e psicólogos, a fim de dar atenção a necessidades das crianças que afetam a aprendizagem;
- ( ) Oferecer formação em cidadania e em participação política nas escolas;
- ( ) Ampliar as vagas em creche, oferecendo em período integral e em horários especiais, além de vagas em Educação de Jovens e Adultos e no cursinho pré-vestibular da prefeitura;
- ( ) Fiscalizar e garantir alimentação de qualidade, produtos de limpeza, de higiene pessoal e material didático atualizado nas escolas;
- ( ) Oferecer atendimento especializado em educação inclusiva desde o berçário;
- ( ) Envolver os professores na criação de um plano de carreira docente, garantindo e valorizando sua formação continuada;
- ( ) Garantir a autonomia das escolas na construção do Projeto Político Pedagógico;
- ( ) Retomar o debate sobre gênero no plano municipal de educação;
- ( ) Interligar o projeto CCINTER às escolas, de forma a ampliar o oferecimento de uma educação integral;
- ( ) Ampliar o atendimento dos centros digitais, oferecendo atendimento a portadores de





necessidades especiais e promovendo a continuidade da formação profissionalizante, como encaminhamento para empresas;

( ) Viabilizar a abertura das escolas nos finais de semana para serem utilizadas pelas comunidades, para o fomento de debates sociais e a formação da sociedade civil;

( ) Cobrar a transparência dos Conselhos Municipais;

( ) Fornecer pontos de internet pública e gratuita em todos os bairros da cidade;

( ) Rever as formas de contratação dos e das profissionais de limpeza e zeladoria nas escolas, considerando que hoje são profissionais terceirizados e mesmo prestando serviço para a população não gozam de todos os direitos de um funcionário público;

( ) Criar Projeto educacional infantil obrigatório nas escolas e creches locais em atendimento à Lei 10.639/03, organizado pelo movimento negro e custeados pelo município;

( ) Estimular e fomentar a criação e o fortalecimento de instituições, grupos, núcleos de estudos acadêmicos nas universidades locais, bem como a realização de eventos de divulgação científica sobre gênero, sexualidades e educação, com vistas a promover a produção e a difusão de conhecimentos que contribuam para a superação da violência, do preconceito e da discriminação em razão da orientação sexual, identidade de gênero, raça, etnia e deficiências, de forma não colonizadora e com articulações com as populações contempladas;

( ) Criar um programa de mediação de conflitos nas escolas da Rede Pública, com atenção especial aos grupos mais vulneráveis a violência escolar, como crianças, adolescentes, pessoas com deficiência e adolescentes LGBTQIA+;

( ) Intensificar a capacitação de professores e funcionários da Rede Pública sobre temas de Orientação Sexual e Identidade de Gênero;

( ) Criar um banco de dados de ações pedagógicas, para uso dos professores da Rede Pública Municipal, a partir das experiências exitosas das escolas que trabalham com diversos temas, como, por exemplo, Diversidade Sexual;

( ) Produzir, apoiar e divulgar pesquisas que analisem concepções pedagógicas, currículos e práticas no ambiente escolar diante da diversidade;

( ) Retornar com o reforço escolar realizado dentro das dependências da escola do Bairro Jardim Oriente;

( ) Retornar com o Projeto Escola da Família;

( ) Garantir a presença de tradutores de libras em salas de aula com alunos com deficiência auditiva, especialmente no Bairro Jardim Oriente;

( ) Implementar melhor assistência e apoio do poder público em todos os âmbitos na Comunidade Renascer, inclusive educacional;

( ) Construção de uma quadra ou espaço para práticas esportivas-culturais para a escola no Bairro Jardim São Paulo;

( ) Incorporar a Lei 11.645/08, que valoriza a ancestralidade africana nas escolas, promovendo a presença da cultura negra e indígena no currículo escolar;





- ( ) Garantir a inclusão dos alunos autistas e o desenvolvimento de práticas que respeitem suas necessidades;
- ( ) Fomentar o envolvimento de crianças e jovens com o meio ambiente e o contato com a natureza;
- ( ) Implementar a educação ambiental agroecológica e climática nas escolas, preparando educadores e alunos para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas.
- ( ) Todas as escolas com bibliotecas e bibliotecários, garantindo acesso à leitura e pesquisa;
- ( ) Incluir matérias voltadas para tecnologia e educação financeira nas escolas;
- ( ) Implantar e complementar os núcleos ETECS/FATECS nas escolas estaduais;
- ( ) Rever as plataformas digitais das escolas estaduais, garantindo que sejam acessíveis e atualizadas;
- ( ) Fortalecer o espaço da Unimep para se tornar uma Universidade Federal em Piracicaba;
- ( ) Rever as metas do Plano Municipal de Educação, garantindo seu cumprimento e adequação;
- ( ) Garantir que ao tirar o abono, o professor não seja contado como falta, evitando perda de bônus.

### **Direitos Humanos**

- ( ) Elaborar, em diálogo com a sociedade civil, um Plano Municipal LGBTQIA+, viabilizando a Lei Municipal Antidiscriminatória e a instalação do Centro de Referência LGBTQIA+;
- ( ) Instalar unidade do CRAM na Região Oeste da cidade, garantindo maior acessibilidade e ampliação do horário de atendimento;
- ( ) Criar e promover casas abrigo para mulheres e seus filhos, conforme a Lei Maria da Penha, em local sigiloso e com regime de co-gestão, garantindo atendimento jurídico e psicológico;
- ( ) Propor ações voltadas à população negra: implementar políticas públicas específicas voltadas ao respeito e à valorização da história e cultura africanas e afro-brasileiras por meio da educação das relações étnico-raciais;
- ( ) Investir nos serviços socioassistenciais existentes, garantindo melhorias nas condições de atendimento e trabalho dos profissionais, além de criar novas unidades de CRAS, CCINTER e Centros digitais em bairros com alta vulnerabilidade;
- ( ) Criar uma Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente;
- ( ) Implantar um Centro de Convivência de Idosos nos bairros, com atividades específicas voltadas a esse público;
- ( ) Criar cargos comissionados com representatividade das comunidades negras,





LGBTQIA+ e mulheres;

- ( ) Elaborar, em diálogo com especialistas, políticas de reinserção social para egressos da Fundação Casa e do Sistema Penitenciário;
- ( ) Implementar políticas públicas para egressos do sistema prisional, incluindo jovens em medida socioeducativa;
- ( ) Implantar o trabalho em rede entre as Secretarias da Saúde, Educação, Assistência e Desenvolvimento Social e Trabalho;
- ( ) Criar uma Secretaria ou Coordenadoria específica de Políticas Públicas para Mulheres, para melhor direcionamento do Plano Municipal;
- ( ) Elaborar um Plano Municipal de Políticas Públicas para a Mulher e um Plano de Enfrentamento e Combate à Violência contra as Mulheres, com a participação do Conselho Municipal da Mulher e de universidades;
- ( ) Garantir investimentos no CRAM, que atualmente atua com equipe abaixo do recomendado;
- ( ) Desenvolver um protocolo para pós-abrigamento, contemplando moradia, trabalho e suporte terapêutico;
- ( ) Realizar melhorias na DDM de Piracicaba para um atendimento adequado às mulheres, incluindo atendimento 24 horas e capacitação em questões de gênero;
- ( ) Instituir Decreto Municipal ou Lei que proponha o ensino de noções básicas sobre a Lei Maria da Penha nas escolas municipais;
- ( ) Ampliar a Campanha de Assédio no Transporte Público com linguagem adequada, incluindo a divulgação da Lei de Importunação Sexual;
- ( ) Construir políticas públicas específicas para mulheres negras;
- ( ) Aprofundar pesquisas sobre a realidade da violência contra a mulher e a mobilidade urbana, trabalho e educação;
- ( ) Criar Grupos Reflexivos para Homens Agressores nos bairros, garantindo-se a capacitação de facilitadores;
- ( ) Instalar um Anexo da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, em convênio com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
- ( ) Criar um Centro de Atendimento e Acompanhamento ao Autor de Violação à Mulher, envolvendo o SUS, SUAS, Poder Judiciário e Defensoria Pública;
- ( ) Promover Capacitação Técnica Regular em questões de gênero para as equipes da Rede Municipal de Saúde e Assistência Social;
- ( ) Divulgar informações e garantir acesso a procedimentos relacionados à violência sexual e aborto legal, capacitando servidores na área de saúde;
- ( ) Criar um fundo municipal para enfrentamento da violência doméstica e familiar;
- ( ) Comprometer-se com a execução do Plano Municipal da Mulher e os planos de enfrentamento à violência;
- ( ) Oferecer atendimento psicológico a mulheres em creches e escolas, a partir de uma leitura étnico-social;





- ( ) Promover a transversalidade nas políticas públicas, integrando ações de segurança, educação, assistência social e saúde;
- ( ) Destinar dotações orçamentárias específicas para eventos e programas do segmento LGBTQIA+;
- ( ) Propor alteração no Cadastro Único do Governo Federal para incluir o campo "NOME SOCIAL";
- ( ) Promover capacitação para profissionais da assistência social em parceria com SMADS e CMADS;
- ( ) Desenvolver campanhas permanentes sobre os direitos LGBTQIA+ em parceria com SMADS, CMADS e entidades/ONGs;
- ( ) Promover seminários sobre direitos humanos da população LGBTQIA+ em parceria com conselhos e secretarias municipais;
- ( ) Discutir orientação sexual, identidade de gênero e raça nas políticas de assistência social;
- ( ) Elaborar material sobre sexualidade e direitos sexuais em formatos acessíveis;
- ( ) Criar um plano de ação de assistência social LGBTQIA+ envolvendo todas as secretarias, conselhos e entidades/ONGs;
- ( ) Criar, efetivar e monitorar uma lei municipal anti-discriminatória que coíba a discriminação por orientação sexual, gênero, raça e outras formas;
- ( ) Garantir o direito à liberdade de crença e ao livre exercício das religiões de matriz africana;
- ( ) Adotar medidas para combater a intolerância e a discriminação contra religiões de matriz africana;
- ( ) Prever orçamento específico para o Conselho Municipal da Mulher, fortalecendo suas ações;
- ( ) Estabelecer a Casa da Mulher Brasileira em Piracicaba ou a Casa São Paulo como recurso adicional para atendimento;
- ( ) Criar uma Vara Especializada em Violência Doméstica para evitar a revitimização da mulher, integrando esferas cível e criminal;
- ( ) Fortalecer a gestão pública com participação social, promovendo a democratização e humanização do serviço público, especialmente nas escolas;
- ( ) Criar equipamentos de atenção básica da Secretaria de Desenvolvimento Social, tais como Serviço de Convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes.

### **Participação, Transparência e Combate à Corrupção**

- ( ) Simplificar mecanismos que permitam o acesso à população para que esta acompanhe a execução do orçamento público, incluindo a quantidade de recursos





aplicados por bairro e por região;

- ( ) Dar transparência total às informações, documentos, planos, contratos, licitações e gastos públicos, disponibilizando-os em linguagem simples e acessível ao cidadão comum;
- ( ) Implementar o máximo possível das propostas apresentadas pelos conselhos municipais, conferências, orçamento participativo e audiências públicas, apresentando justificativa clara e objetiva para aquelas que não forem possíveis de implementar;
- ( ) Definir uma parcela do investimento anual previsto no orçamento do município a ser decidido diretamente pela população por meio do orçamento participativo;
- ( ) Fortalecer os conselhos municipais, garantindo sua autonomia e fornecendo todo o apoio administrativo, operacional, jurídico e de comunicação necessário ao pleno funcionamento dos mesmos;
- ( ) Ampliar a Casa dos Conselhos para atender todos os colegiados, garantindo espaço adequado para suas atividades, inclusive para conselhos ligados à Secretaria de Governo, como CMM, CONEPIR, Conselho da Juventude e Conselho de Políticas LGBT;
- ( ) Reativar o Fórum Permanente dos Conselhos Municipais de Piracicaba (FOPEC);
- ( ) Criar aplicativos “cidadãos” que permitam ao cidadão monitorar a gestão pública e participar de consultas virtuais sobre os rumos da cidade;
- ( ) Implantar a Lei do "Programa de Metas", obrigando o Prefeito Eleito a transformar em até 100 dias de mandato as propostas apresentadas durante a campanha eleitoral em ações e metas que possam ser monitoradas pelos cidadãos;
- ( ) Implantar um Conselho Municipal de Transparência e Controle Social deliberativo para acompanhar, fiscalizar e auditar o cumprimento da legislação sobre o tema;
- ( ) Realizar permanentemente ações educativas e formação da população, incluindo integrantes de associações de bairros e conselheiros em temas relacionados à participação e ao controle social, através de uma Escola de Participação, Cidadania e Controle Social;
- ( ) Criar uma ouvidoria e uma controladoria geral do município, composta por servidores públicos e membros da sociedade civil, para prevenção e combate à corrupção;
- ( ) Instituir, no município de Piracicaba, lei que proíba a nomeação de condenados por violência contra a mulher para exercer cargos públicos;
- ( ) Criar setores nas instituições públicas do município que se preocupem com as questões de LGBTQIA+;
- ( ) Criar e garantir a existência de um Centro de Referência de Combate às Violências Homofóbicas, Lesbofóbicas e Transfóbicas na estrutura da Prefeitura de Piracicaba;
- ( ) Promover a laicidade em todas as instâncias do Município;
- ( ) Elaborar, em diálogo com a sociedade civil, a construção do tripé da cidadania (Coordenadoria, Conselho fortalecido e Plano Municipal de Políticas Públicas para





LGBTQIA+);

- ( ) Estabelecer uma posição clara sobre o pagamento da dívida pública e como isso impacta o orçamento municipal;
- ( ) Propor a ampliação do mandato do orçamento participativo para um biênio, garantindo maior tempo para a participação social e o acompanhamento necessário;
- ( ) Investir em métodos inovadores de participação democrática, garantindo que a voz da população seja efetivamente ouvida;
- ( ) Destinar orçamento para a implementação dos espaços necessários de participação social, considerando a integração com municípios do conselho metropolitano;
- ( ) Garantir que a Lei de Acesso à Informação e a transparência no município sejam efetivamente cumpridas, com penalidades para o descumprimento;
- ( ) Assegurar que os conselhos municipais defendam efetivamente as causas propostas, com compromisso contínuo.

### **Habitação**

- ( ) Promover regularização fundiária com a participação das lideranças comunitárias, assistência social de emergência e infraestrutura às ocupações “Frederico, Boa Esperança, Portelinha, Cantagalo, Pantanal e Três Porquinhos”, verificando as áreas de risco ambiental e sanitário de seus habitantes e corrigindo-as;
- ( ) Construir moradias populares a partir das necessidades dos próprios cidadãos que estão sem acesso ao direito constitucional à moradia digna e humana;
- ( ) Realizar levantamentos semestrais das demandas habitacionais e condições habitacionais no município, com dados do Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba (IPPLAP), dando suporte à construção civil de novas casas populares;
- ( ) Ampliar a porcentagem de unidades habitacionais da Semuhget destinadas a segmentos vulneráveis, incluindo a população LGBTQIA+;
- ( ) Regulamentar a lei municipal de auxílio aluguel, garantindo que o benefício seja efetivamente oferecido à população necessitada;
- ( ) Implementar uma política de conscientização sobre os direitos habitacionais, informando a população sobre suas garantias e formas de reivindicação;
- ( ) Criar uma política para taxação de imóveis ociosos e endividados, incentivando a transformação desses imóveis em habitação popular;
- ( ) Fomentar a unidade no movimento de massas para pressionar o poder público a priorizar políticas habitacionais;
- ( ) Promover a orientação de lideranças comunitárias sobre os direitos habitacionais, visando conscientizar os moradores sobre a importância da exigência por moradia digna.





### Trabalho e renda

- ( ) Criar cooperativas e centros profissionalizantes em construção civil, coleta de resíduos, informática e segurança do trabalho, construindo centros educacionais e incubadoras de empresas;
- ( ) Criar um observatório do trabalhador, com o objetivo de dar assistência social ao trabalhador empregado ou desempregado, fiscalizando casos de superexploração do trabalho e formalizando a garantia da seguridade social aos trabalhadores informais;
- ( ) Fortalecer a agricultura familiar na região, permitindo moradia e trabalho digno na zona rural do município, além de promover o incentivo fiscal à criação de pequenas cooperativas agroindustriais para o processamento e beneficiamento de produtos alimentares agrícolas;
- ( ) Garantir fixidez do trabalho e seguridade social dos cortadores de cana de açúcar no município, exigindo que as agroindústrias canavieiras estabeleçam contratos de trabalho permanentes com seus trabalhadores rurais;
- ( ) Fortalecer os projetos de construção civil para habitações populares, gerando emprego, renda e moradia para a população;
- ( ) Criar uma política pública de “trabalho e renda” especial para as mulheres;
- ( ) Elaborar e propor políticas públicas para mulheres presas: grupos reflexivos para conscientização da violência doméstica; desempenho de atividade laborativa dentro do presídio, ante a necessidade de obter renda para sustento da família; formação profissional; inserção da egressa no mercado de trabalho;
- ( ) Oferecimento de cursos voltados à educação financeira e empreendedorismo nas comunidades, minimizando dificuldades econômicas;
- ( ) Criar um selo TRANS, entre a Secretaria Municipal de Trabalho e Renda e a ACIPI, através do qual empresas que empregarem travestis e transexuais receberão isenção de impostos;
- ( ) Promoção de palestras pela Secretaria Municipal de Trabalho e Renda, em parceria com a ACIPI e sindicatos, onde travestis e transexuais esclarecerão empresários locais sobre a importância da contratação da população TT;
- ( ) Projetos que assegurem a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho para a população negra, mediante medidas de promoção da igualdade nas contratações do setor público e incentivo a iniciativas similares nas empresas e organizações privadas;
- ( ) Garantir oportunidades de qualificação de mão de obra em diversas áreas, como nos casos de empresas como a Klabin, promovendo a inclusão de trabalhadores locais;
- ( ) Incluir jovens egressos de detenção nas políticas de trabalho e renda, proporcionando serviços de suporte à empregabilidade;





- ( ) Criar núcleos de apoio nos bairros para facilitar a vida cotidiana da comunidade, envolvendo questões relacionadas a mulheres, adolescentes e outros grupos;
- ( ) Retomar a Casa das Oficinas para a geração de renda de pessoas em sofrimento psíquico, proporcionando um espaço para desenvolvimento e inclusão;
- ( ) Promover flexibilidade no horário escolar para atender às necessidades de mulheres que trabalham e à suas crianças, garantindo o acesso à educação sem comprometer o sustento familiar;
- ( ) Fortalecer parcerias com movimentos sociais do campo e promover a valorização da agricultura familiar, vencendo preconceitos e apoiando a produção de alimentos.

### **Cultura**

- ( ) Desenvolver e apoiar os centros comunitários com atividades culturais e esportivas;
- ( ) Ampliar o acervo e as unidades de bibliotecas descentralizadas, oferecendo atendimento em horários acessíveis à juventude trabalhadora;
- ( ) Oferecer remuneração a educadores que conduzam oficinas de esporte, arte e cultura nas comunidades;
- ( ) Implantar o vale-cultura, a fim de ampliar o acesso da juventude à cultura;
- ( ) Viabilizar a realização de cinema de rua nas comunidades;
- ( ) Ampliar o número de editais para projetos, eventos e contratação de profissionais do Esporte, Cultura e Lazer;
- ( ) Criar e manter os Centros Culturais nos bairros;
- ( ) Descentralizar a atuação da Secretaria da Cultura, ampliando a oferta de cultura para todos os bairros e comunidades de Piracicaba;
- ( ) Direcionar o orçamento municipal de cultura por região (leste, oeste, norte, sul, centro);
- ( ) Flexibilizar o projeto da Lei do Silêncio;
- ( ) Criar transparência nas licitações;
- ( ) Investir prioritariamente em eventos realizados e organizados por grupos e artistas locais de áreas diversas como teatro, música, circo, artes plásticas, etc.;
- ( ) Oferecer cursos preparatórios para gestores de cultura municipal;
- ( ) Aumentar a transparência, a participação e a objetividade do processo de seleção dos projetos apoiados pelo fundo municipal de cultura;
- ( ) Construir um estúdio municipal para ensaio e gravação de áudio e vídeo;
- ( ) Viabilizar o acesso dos artistas da cidade ao Teatro "Erotides de Campo";
- ( ) Viabilizar traslado entre os centros culturais;
- ( ) Implementar aulas e oficinas gratuitas nos espaços comunitários (Varejões, Pistas de Skate, Centros Comunitários, Praças, Quadras e Espaços Esportivos), remunerando adequadamente os professores e instrutores;





- ( ) Apoiar legislações que proponham melhorias na garantia de direitos da população LGBTQIA+;
- ( ) Que no orçamento da Secretaria Municipal de Ação Cultural e Turismo contenha dotação orçamentária para a realização de concurso Miss LGBTQIA+ Piracicaba;
- ( ) Elaboração de cursos de formação das categorias profissionais de Piracicaba do setor turístico e cultural sobre temas de gênero e sexualidade, incluindo-se os setores: hoteleiro, de transporte (ônibus, táxi, barqueiros), profissionais de casas culturais (bares, boates, teatros, restaurantes e cafés), guias de turismo, monitores etc.;
- ( ) Prever na legislação orçamentária PPA, LDO, LOA dotação para a realização da Parada da Diversidade do Orgulho LGBTQIA+ de Piracicaba;
- ( ) Que a SEMAC e o COMCULT incluam na legislação a representação dos segmentos LGBTQIA+ no Conselho de Cultura;
- ( ) Apoiar, por meio do CAPTARTE, a capacitação das organizações LGBTQIA+ para a elaboração e gestão de projetos culturais, captação de recursos e prestação de contas junto às leis de incentivo à cultura e editais de cultura;
- ( ) Propor e promover atividades culturais junto aos Bairros Novo Oriente, Jardim São Paulo e Comunidade Renascer, assim como valorizar as lideranças comunitárias, atentando-se para seus Centros Comunitários e suas necessidades;
- ( ) Dar maior atenção e investimento para Cultura Popular e Cultura Local;
- ( ) Realizar manutenção do Centro Comunitário do Jardim São Paulo, de modo que seja possível sua reativação;
- ( ) Valorizar a História e memória da comunidade negra e apoio a iniciativas em defesa da cultura, da memória e das tradições africanas e brasileiras;
- ( ) Apoio às casas de culturas e editais específicos à temática negra;
- ( ) Incluir a “Rota Afro Piracicabana” como um projeto de turismo da cidade que resgata e preserva o patrimônio e a memória negra na cidade;
- ( ) Criar uma legislação que garanta a manutenção, conservação e restauração de espaços culturais tombados, assegurando a preservação e sustentabilidade de instituições culturais em Piracicaba, promovendo incentivos fiscais e parcerias;
- ( ) Garantir recursos para a conservação contínua dos imóveis tombados e criar programas para a restauração dos prédios culturais;
- ( ) Desenvolver incentivos para parcerias públicas e privadas na captação de recursos e reforçar o papel dos espaços tombados como centros culturais essenciais à comunidade;
- ( ) Estimular os artesãos locais a expressar em suas peças características da cultura local, promovendo mais oportunidades de feiras fixas e itinerantes na cidade;
- ( ) Retomar a participação oficial da sociedade civil no Conselho de Cultura;
- ( ) Implementar transporte público acessível nos finais de semana para facilitar a participação em atividades culturais em diferentes localidades do município;





- ( ) Promover a "passagem solidária de ônibus" para ações culturais, possibilitando o acesso da população a eventos em diversas regiões;
- ( ) Fortalecimento da cultura na região norte do município.

### **Esporte e lazer**

- ( ) Viabilizar a manutenção, a reforma e a construção de novos centros esportivos;
- ( ) Fomentar a criação de bolsas para os atletas da cidade;
- ( ) Criar um fundo municipal com o objetivo de fortalecer as associações esportivas e os projetos sociais construídos com as comunidades;
- ( ) Priorizar os atletas locais como representantes da cidade em competições esportivas;
- ( ) Viabilizar a prática esportiva de outras modalidades, para além do futebol, e incluí-los nos jogos comunitários;
- ( ) Oferecer acompanhamento de profissionais de educação física nos espaços esportivos comunitários;
- ( ) Promover atividades que incentivem uma cultura de esportes LGBTQIA+, como passeios ciclísticos, trilhas, caminhadas, jogos de futebol da diversidade sexual, vôlei da diversidade e campeonatos LGBTQIA+ em geral;
- ( ) Criar um programa de esportes gratuito com professores de educação física para crianças de 6 a 15 anos nas periferias de Piracicaba;
- ( ) Implantar um centro poliesportivo nos territórios de Piracicaba, com modalidades como lutas, skate e arborização em parques;
- ( ) Reformar a Pista de Skate de Santa Terezinha, consultando os skatistas da região Norte, para que não seja reformada de acordo com as demandas dos mesmos;
- ( ) Estabelecer a Bolsa Atleta, com foco em jovens negros ingressando nas universidades;
- ( ) Criar centros esportivos que desenvolvam habilidades e competências variadas para crianças e adolescentes;
- ( ) Promover parcerias do município com escolas estaduais e municipais para a utilização das quadras, garantindo estrutura e monitores;
- ( ) As secretarias de Educação, Cultura e Lazer precisam trabalhar conjuntamente;
- ( ) Investir na modalidade do skate;
- ( ) Estabelecer convênios público-privados para a melhoria dos espaços e funcionalidades esportivas;
- ( ) Garantir transparência e divulgação das informações sobre o Bolsa Atleta e verbas federais e estaduais voltadas ao esporte;
- ( ) Revisar o projeto da ciclovia na Rua do Porto, garantindo que se passe de forma segura e acessível, considerando a proximidade com bares e feiras;





- ( ) Promover parcerias com a iniciativa privada para gerir banheiros em espaços esportivos, garantindo infraestrutura adequada para o uso;
- ( ) Desenvolver uma ciclovia que atenda ao uso necessário, integrando-se aos espaços públicos existentes.

### **Saúde**

- ( ) Aumentar a fiscalização do município sobre a legislação trabalhista pelo Conselho Municipal de Saúde;
- ( ) Criar UBS's descentralizadas, bem como os Centros de Referências e Especialidades;
- ( ) Ampliar e descentralizar a rede de saúde, melhorando o atendimento;
- ( ) Criar farmácias municipais 24 horas;
- ( ) Fortalecer a rede municipal de saúde mental e de usuários de álcool e outras drogas, ampliando o atendimento do CAPSAD para outros bairros, visando alcançar a todos os usuários;
- ( ) Ampliar programas específicos para a Saúde de Mulher e o atendimento com a contratação de mais profissionais no CRAM e com a ampliação do horário de atendimento para atender as trabalhadoras;
- ( ) Criar outras unidades do CASAP, a fim de ampliar o atendimento à saúde do adolescente;
- ( ) Aumentar a eficácia no Conselho de Saúde para fiscalizar a distribuição das verbas;
- ( ) Ampliar o programa saúde da família para todos os bairros da cidade;
- ( ) Ampliar e criar Prontos Socorros nos bairros;
- ( ) Criar um Pronto Socorro Infantil na cidade;
- ( ) Aumentar o número dos profissionais da saúde e de agentes domiciliares;
- ( ) Ampliar o tratamento para todos os diagnósticos e agilizar as consultas agendadas;
- ( ) Melhorar o agendamento das consultas nos postos de saúde;
- ( ) Melhorar a qualidade dos atendimentos, evitando atendimentos realizados por profissionais desumanizados e a falta de médicos;
- ( ) Efetivar o atendimento no Hospital Regional;
- ( ) Implantar e divulgar ações preventivas que valorizem a qualidade de vida nas comunidades e não apenas o tratamento de doenças;
- ( ) Abrir os postos de saúde, em esquema de plantão, aos finais de semana, inclusive para a retirada de remédios;
- ( ) Garantir equipamentos adequados às mulheres com deficiência para a realização de exames ginecológicos, promovendo condições adequadas a essas mulheres para o acompanhamento e tratamento de doenças, como Maca Hidráulica;
- ( ) Garantir a adequação e implementação de equipamentos adaptados para pessoas





com deficiência, especialmente mulheres com deficiência, para triagem e procedimentos de diagnóstico médico;

- ( ) Ampliar e intensificar ações educativas sobre a toxoplasmose neonatal em grupos de gestantes, com foco na diminuição dos casos de cegueira congênita;
- ( ) Implementação e estruturação do Ambulatório Municipal de Travestis e Transexuais com equipe multidisciplinar;
- ( ) Reestruturação e consolidação do CESP e CASAP frente à atuação com a saúde da mulher e do adolescente;
- ( ) Redefinição do público-alvo atendido pelo CASAP, priorizando a criança e o adolescente;
- ( ) Garantir e assegurar a participação dos profissionais de saúde na Rede de Atendimento e Proteção à Mulher;
- ( ) Consolidar o funcionamento do Ambulatório de Hemoglobinopatias e Doença Falciforme, através de campanhas de promoção e prevenção;
- ( ) Que a Secretaria Municipal de Saúde realize uma campanha virtual sobre o decreto do nome social de travestis e transexuais;
- ( ) Que a Secretaria Municipal de Saúde realize capacitações periódicas para os profissionais de saúde sobre a diversidade sexual;
- ( ) Criação de uma comissão técnica municipal de saúde integral à população LGBTQIA+;
- ( ) Terminar a reforma do Pronto Socorro / Centro de Saúde no Bairro Jardim Oriente;
- ( ) Manter o estoque de gás oxigênio no Pronto Socorro do Bairro Jardim Oriente;
- ( ) Levar pediatras ao Pronto Socorro do Bairro Jardim Oriente;
- ( ) Abastecer adequadamente o estoque de medicações das farmácias das UBSs;
- ( ) Promover que os Agentes de Saúde realizem atendimentos baseados numa programação que atenda a todos nos bairros Jardim Oriente e Jardim São Paulo;
- ( ) Levar políticas públicas e ações de saúde à Comunidade Renascer;
- ( ) Promover maior agilidade nas consultas e realização de exames;
- ( ) Políticas públicas voltadas para a saúde da população negra com profissionais especializados em Anemia falciforme, Diabetes mellitus e Hipertensão arterial;
- ( ) Iniciar já no próximo ano a construção da Política Municipal de Saúde da População Negra;
- ( ) Criação de um centro materno-infantil para acolhimento de mulheres durante a gravidez até o segundo ano de vida dos bebês, com acompanhamento multidisciplinar;
- ( ) Incentivar a construção de um programa de acompanhamento de gestantes até a criança completar três anos, visitando as casas;
- ( ) Criação de grupos para planejamento familiar e prevenção de abusos;
- ( ) Garantir maca para obesos e adequações para portadores de necessidades especiais;
- ( ) Propor a criação de CAPS 3 (atenção psicossocial 24h) e ala psiquiátrica em





hospitais gerais;

- Promover auditorias e a rescisão de contratos que comprometam a gestão do SUS em Piracicaba;
- Reforma dos espaços existentes da saúde para adequação às necessidades da população;
- Romper o contrato de terceirização da gestão da UPAs, valorizando as equipes de profissionais de saúde.
- Priorizar a Saúde Mental, garantindo recursos e programas adequados para atendimento à população;
- Fiscalizar a fura-fila na área da saúde, assegurando a equidade no acesso aos serviços;
- Retomar a Secretaria da Juventude, promovendo políticas que atendam as demandas dessa faixa etária;
- Criar a Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, visando a promoção da igualdade de gênero;
- Estabelecer comitês consultivos de formulação para pensar políticas públicas ao longo do ano;
- Fortalecer e fazer cumprir as propostas do Orçamento Participativo, garantindo a participação da comunidade;
- Aumentar a porcentagem de participação da sociedade civil nos Conselhos Municipais para 70%, sendo 50% deste total representado por efetivamente membros da sociedade civil.

### **Segurança pública**

- Oferecer curso de Formação Permanente em Direitos Humanos para a Guarda Civil Municipal, ministrado pela própria Sociedade Civil;
- Trocar armas de fogo por táticas não letais de abordagem;
- Fiscalizar de maneira intensiva o CONSEG;
- Investir em cursos de formação para desenvolver as Guardas Comunitárias;
- Garantir Iluminação Pública adequada em todos os lugares da cidade, nas ruas e nas quadras;
- Trabalhar em prol da democratização e desmilitarização das polícias;
- Garantir que a Corregedoria da Guarda Civil Municipal seja independente, garantindo a fiscalização das ações, abusos e violências policiais;
- Diminuir as ações ostensivas das polícias militar e civil nos bairros, prevenindo perseguições a adolescentes e casos de desaparecimento após ações policiais;
- Capacitar e sensibilizar gestores, operadores de direito e agentes sociais de Piracicaba na área de segurança pública, com ênfase nas relações de raça, etnia, gênero, orientação sexual, identidade de gênero, religiosidades, deficiências e direitos





humanos;

- ( ) Inserir e fomentar no currículo das academias de segurança pública capacitação em direitos humanos e princípios internacionais de igualdade e não discriminação, especialmente em relação à orientação sexual e identidade de gênero;
- ( ) Garantir segurança em áreas frequentadas pela população LGBTQIA+, com grupos de policiais e guardas municipais especializados, especialmente nas grandes incidências de discriminação e violência;
- ( ) Tornar obrigatória a identificação em local visível dos profissionais de segurança pública e privada, com nome, patente ou cargo bordado à roupa;
- ( ) Elaborar materiais educativos e informativos e criar estratégias de divulgação para a população LGBTQIA+ sobre segurança pública, visando a prevenção e defesa;
- ( ) Formação inicial e continuada nas Academias de Polícia Militar, bem como para monitores, agentes prisionais e guardas municipais, abordando a diversidade sexual e as violações sofridas por essa população;
- ( ) Implantar Delegacia de Polícia dedicada ao combate ao Racismo no município;
- ( ) Promover a formação dos guardas civis sobre como abordar a população, especialmente nas periferias, com fiscalização da formação;
- ( ) Implementar a utilização de câmeras nas fardas dos policiais para aumentar a transparência;
- ( ) Melhorar as condições nos presídios, garantindo direitos humanos aos detentos;
- ( ) Criar e apoiar grupos de autodefesa, promovendo a segurança comunitária;
- ( ) Eliminar a presença armada da polícia, substituindo-a por alternativas de segurança comunitária.

## **Meio Ambiente e Agricultura**

### **Produção de alimentos saudáveis e Agroecologia**

- ( ) Instituir a nível municipal uma Política de Agroecologização do território, contemplando Agricultura Urbana, Periurbana e Rural;
- ( ) Inserção da abordagem agroecológica nos diferentes níveis e modalidades da Educação do ensino formal e informal através da criação de programa de agroecologização do território nas escolas para a formação de coordenadores pedagógicos e educadores no tema e programa de formação continuada de técnicos, educadores, produtores e da população para avançar na produção e consumo de alimentos saudáveis, gestão do território e de propriedades, comércio justo, conservação e troca de sementes, valorização da cultura local e participação popular;
- ( ) Favorecer processos de adequação ambiental das propriedades rurais através da implantação de um programa com sistemas agroflorestais biodiversos, com produção de alimentos saudáveis e inserção de árvores nativas para a geração de renda e





serviços ecossistêmicos;

( ) Fomentar a agricultura familiar agroecológica com crédito, extensão rural, serviços e insumos no município na perspectiva de expandir o cinturão verde da cidade;

( ) Que cooperativas e produtores comunitários tenham apoio na comercialização da sua produção;

( ) Expandir e criar novos espaços de comercialização (varejões, ceasa, mercados, feiras livres, etc.) na cidade para a agricultura familiar agroecológica local, privilegiando as periferias;

( ) Implementação e fortalecimento dos programas de aquisição institucional de alimentos da agricultura familiar (como PNAE e PAA);

( ) Incentivo para produção agroecológica em pequenas propriedades rurais como uma alternativa à produção de cana-de-açúcar;

( ) Criação de subsídios à produção de produtos orgânicos por serem livres de agrotóxicos e fertilizantes químicos;

( ) Introdução de assistência técnica para buscar o respeito à sazonalidade das culturas e conscientização dos consumidores sobre as épocas mais propícias para os produtos;

( ) Gestar junto ao setor Agroecológico da ESALQ-USP e de produtores do Município a criação de uma certificação de caráter municipal para a produção agroecológica;

( ) Estabelecer no Calendário Municipal o dia 3 de Outubro como o Dia da Agroecologia e as Semanas Agroecológicas da Piracicaba Orgânica (SAPO) com participação de escolas, produtores e da população;

( ) Apoio efetivo do poder público municipal às feiras e festas de sementes crioulas e mudas;

( ) Ampliação de viveiros de mudas municipais que devem dar atenção para espécies de uso alimentar, medicinal e forrageiro;

( ) Fomentar a produção agrícola urbana-periurbana-rural com base agroecológica e orgânica em áreas ociosas, assegurando infraestrutura, assistência técnica e extensão rural (ATER), produção agroecológica e garantia de comercialização.

### **Agricultura Urbana**

( ) Maior assistência técnica e extensão universitária para auxiliar os agricultores urbanos na transição agroecológica;

( ) Estímulos e viabilização para o plantio de hortas agroecológicas como fonte de autoconsumo e geração de renda;

( ) Projetar formatos de hortas a serem ofertados à população com produtos básicos, como sementes, mudas, compostos etc.;

( ) Fortalecimento da Agricultura Urbana com incentivo para plantio de hortas agroecológicas comunitárias;

( ) Disponibilização de áreas públicas ociosas para a implantação de hortas





comunitárias;

- ( ) Criação de política pública na qual o poder público fornece terreno, água e assistência técnica para produção agroecológica;
- ( ) Treinamento em olericultura orgânica aos agricultores urbanos, com posterior acompanhamento técnico.

#### **Conservação ambiental no meio urbano**

- ( ) Conectar fragmentos florestais urbanos, aumentando o número de parques e áreas verdes;
- ( ) Propiciar aos públicos de centro e periferia espaços e experiências de contato com a natureza;
- ( ) Incentivo à arborização urbana com prioridade para árvores nativas e frutíferas;
- ( ) Aprimorar e implementar o Plano Municipal de Arborização;
- ( ) Permitir que moradores da Comunidade Renascer e outras retirem mudas de plantas no Viveiro Municipal;

#### **Conservação e restauração florestal**

- ( ) Compromisso com políticas ambientais e de desenvolvimento territorial;
- ( ) Ações de restauração florestal através da criação de corredores ecológicos;
- ( ) Recomposição de matas ciliares e APPs urbanas e rurais;
- ( ) Implementar políticas públicas para o reflorestamento das áreas de preservação que foram queimadas, garantindo fiscalização para que essas áreas não sejam utilizadas para o plantio de cana.

#### **Água e saneamento**

- ( ) Fortalecimento da formação popular e criação de espaços de diálogo entre sociedade civil e poder público para a gestão compartilhada da água e do saneamento;
- ( ) Elaborar um Plano de Revitalização dos Recursos Hídricos no município;
- ( ) Promoção da proteção e restauração de nascentes e uso de técnicas de conservação do solo;
- ( ) Manutenção adequada e constante de estradas rurais;
- ( ) Construir um processo transparente e participativo para o estabelecimento de um Plano de Saneamento Básico;
- ( ) Implementação de calçadas verdes, a fim de absorver águas pluviais;
- ( ) Implementação de cisternas de coleta de água de chuva em todos os prédios públicos;
- ( ) Estimular a construção de cisternas de coleta de água de chuva;
- ( ) Criar programa de incentivo e apoio para substituição de fossas comuns por fossas sépticas;





- Atentar-se ao serviço de esgoto no Alto do Serra Verde;
- Implementar Sistema de saneamento básico nas Comunidades Renascer, Três Porquinhos, Caiubi, Nova Esperança e Esperança;
- Retomar o Sistema de Gestão de Bacias com estabelecimento de cargas poluidoras permitidas no Rio Piracicaba;
- Estabelecer e monitorar a vazão ecológica em Piracicaba;
- Revisão da classificação dos rios de classe 4 para classe 3, minimamente;
- Monitoramento de empresas que lançam poluentes nos rios, com avaliações periódicas;
- Implementação de monitoramento automático dos parâmetros de interesse para abastecimento de água;
- Criação de grupo de acompanhamento dos trabalhos dos Comitês PCJ, com participação da Sociedade Civil;
- Aplicação dos valores de multas relativas às fontes de poluição em indenização da população afetada;
- Repovoamento da vida aquática na bacia do Rio Piracicaba e pesquisas para recuperação da biodiversidade;
- Recuperação e restauração florestal das Áreas de Preservação Permanente;
- Melhoria na região norte em relação a constante falta de fornecimento de água.

### **Resíduos**

- Estabelecer a integração entre os resíduos provenientes da agricultura urbana e o aproveitamento de resíduos urbanos;
- Valorização, incentivo e apoio ao trabalho dos recicladores e catadores autônomos;
- Fomento à Cooperativa do Reciclador Solidário;
- Implementar coleta de lixo dentro da Comunidade Renascer;
- Atentar-se às necessidades do ecoponto do Jardim Oriente;
- Fiscalização permanente à Central de Tratamento de Resíduos.

### **Legislação**

- Ampliar o diálogo e a relação intersetorial entre as secretarias de agricultura e meio ambiente;
- Criação e fortalecimento de espaços de diálogo e participação de pequenos produtores e população urbana;
- Fortalecer o Plano Diretor Municipal, especialmente o Capítulo V sobre Desenvolvimento Rural Sustentável;
- Criar estratégias permanentes para aprimorar a Política de Pagamentos por Serviços Ambientais;





- ( ) Destinar percentual de impostos pagos por usinas e indústrias rurais para implementar a política de agroecologia;
- ( ) Criação da Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional Municipal;
- ( ) Previsão orçamentária no PPA para as políticas ambientais e de agricultura familiar;
- ( ) Rever canais de informação sobre questões ambientais, tornando-os mais eficazes;

### **Educação Ambiental**

- ( ) Comprometer-se com o atendimento da Política e do Plano Municipal de Educação Ambiental;
- ( ) Promover a atuação coordenada das secretarias de educação e meio ambiente para promoção de iniciativas de Educação Ambiental;
- ( ) Criar a Comissão Interna de Educação Ambiental da Prefeitura de Piracicaba (CIEAP), conforme previsão do Plano Municipal de Educação Ambiental
- ( ) Fortalecer o Grupo Multidisciplinar de Educação Ambiental – GMEA, conselho municipal coordenado pela Secretaria Municipal de Educação, como instância participativa e deliberativa;
- ( ) Oficializar o cargo de Coordenador(a) de Formação Continuada em Educação Ambiental da Secretaria Municipal de Educação para articular e desenvolver ações educativas junto às unidades escolares da rede municipal e às comunidades escolares;
- ( ) Fortalecer o NEA da SIMAP com verba e equipe capacitada e suficiente;
- ( ) Garantir a contratação de profissionais da Educação Ambiental nas escolas;
- ( ) Oferecer formação continuada aos público da educação formal, informal e não formal;
- ( ) Criar, fomentar e apoiar ações continuadas e permanentes, projetos e programas de Educação Ambiental, que considerem aspectos ambientais, históricos, culturais, políticos, locais, regionais e globais;
- ( ) Promover processos educativos voltados ao protagonismo e ao acesso a conhecimentos;
- ( ) Fortalecer o Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMDEMA) e garantir recursos do Fundo Municipal (FUMDEMA);
- ( ) Promover diálogos sobre as causas dos problemas socioambientais, considerando o contexto das mudanças climáticas e do racismo ambiental, fomentando ações práticas para transformações necessárias, na direção de um município educador mais sustentável;
- ( ) Destinar recursos para ações, projetos e programas de Educação Ambiental em hortas comunitárias agroecológicas, a fim de incentivar a alimentação saudável e promover a segurança e a soberania alimentar no município;





- ( ) Destinar recursos advindos das Parcerias Público Privadas (PPP) de Limpeza Pública e de Saneamento para ações, projetos e programas de Educação Ambiental no município, com enfoque nos respectivos temas (resíduos e saneamento);
- ( ) Apoiar manifestações culturais locais que criem pertencimento e identidade;
- ( ) Valorizar a produção da agricultura familiar em eventos culturais;
- ( ) Promoção do turismo rural agroecológico no município;
- ( ) Considerar, no desenvolvimento de ações educativas, aspectos relacionados às bacias hidrográficas e à preservação do Rio Piracicaba, bem como, de Unidades de Conservação presentes no município, como a Estação Experimental de Tupi, a Estação Ecológica de Ibicatu, a Estação Ecológica do Barreiro Rico, a Área de Proteção Ambiental Tanquã e outros espaços naturais e naturalizados.

#### **Cultura e Patrimônio**

- ( ) Preservar a cultura local de saberes e fazeres da população em relação à agroecologia;
- ( ) Promoção de eventos que celebrem a cultura, como feiras e festivais agroecológicos;
- ( ) Apoiar iniciativas culturais e artísticas que fortaleçam a identidade do município;
- ( ) Incentivar a valorização do patrimônio cultural e natural em iniciativas de turismo;

#### **Mobilidade Urbana**

- ( ) Revisar a composição do Conselho Municipal de Mobilidade (COMOB), visando a paridade de representatividade, especialmente no que diz respeito à sociedade civil, para que sejam contemplados representantes ligados ao movimento estudantil - secundaristas e universitários -, ciclistas, portadores de deficiências e mobilidade reduzida, e das diferentes zonas do município de Piracicaba;
- ( ) Priorizar os pedestres, cadeirantes e veículos não motorizados na manutenção e na criação de novas vias municipais, além de corredores específicos de ônibus, táxis e transportes coletivos;
- ( ) Criar e/ou implementar um Plano Cicloviário, aumentando de forma significativa a extensão de ciclovias e ciclofaixas na cidade, por meio da ampla participação pública e atendimento às demandas dos ciclistas utilitários, ou seja, aqueles que fazem uso da bicicleta como meio de transporte, especialmente em rotas casa-trabalho-escola;
- ( ) Implementar o Plano Diretor de Mobilidade e Acessibilidade;
- ( ) Instalar paraciclos - estruturas utilizadas para fixação segura das bicicletas como estacionamento - e promover o aumento da estrutura cicloviária, substituindo o estacionamento de automóveis, atualmente locado na faixa da direita das vias, por ciclofaixas, em ruas consideradas estratégicas para a demanda de ciclistas utilitários;





# A CIDADADE QUE REAMOS

- ( ) Abrir os contratos firmados com as empresas de transporte público e posteriormente revisá-los, visando melhoria da qualidade, maior eficiência e redução do preço da tarifa;
- ( ) Atribuir ao Estado a gestão do Transporte Público - produção dos veículos e gestão do transporte;
- ( ) Ampliar os horários e as linhas de ônibus e instalar mais pontos de ônibus nas periferias, além de melhorar as informações sobre rotas e horários dos ônibus nos terminais e nos pontos de ônibus;
- ( ) Ampliar horários de ônibus de modo que a população conte com transporte público 24 horas;
- ( ) Promover políticas e ações voltadas para a mobilidade dos pedestres, visando, por exemplo, a adequação dos calçamentos, sinalização e instalação de semáforos exclusivos aos pedestres, com temporização adequada para sua travessia segura, etc.;
- ( ) Promover uma política séria e consistente de educação no trânsito, principalmente aos motoristas, visando esclarecer a prioridade e o respeito que deve ser dado ao pedestre e ao ciclista no sistema viário;
- ( ) Elaborar estudos de redução e/ou interrupção do fluxo de automóveis na região Central, visando a melhoria da mobilidade de pessoas e bicicletas;
- ( ) Criar Bilhete Mulher Piracicabana, instituindo o direito de utilizar o transporte público, gratuitamente, para as: Mulheres Gestantes em situação de vulnerabilidade social para fazerem o pré-natal na Rede Municipal de Saúde - A gestante precisa morar no município de Piracicaba, ter cartão do SUS e realizar todo o pré-natal exclusivamente na rede pública. Nesses casos, o Bilhete Único deve ser solicitado na UBS, que encaminha o pedido à SEMUTTRAN. Como a UBS já possui o cadastro da gestante, a paciente não necessita levar documentação específica para pedir o cartão - ; Mulheres em situação de violência e em situação de vulnerabilidade social, facilitando o deslocamento e acesso aos diversos serviços: UPA, DDM, IML, CRAM, Defensoria Pública, etc. Este bilhete deve ser entregue no primeiro serviço que ela buscar atendimento e proteção.
- ( ) Criar cartão de transporte gratuito para mães e crianças envolvidas em projetos sociais locais;
- ( ) Criar cartão de transporte gratuito para crianças matriculadas em creches e escolas municipais;
- ( ) Criar cartão de transporte gratuito em horário pós-comercial e finais de semana, a partir de uma leitura étnico-social;
- ( ) Melhorar o atendimento de serviço de transporte público nos Bairros periféricos;
- ( ) Adotar ônibus elétricos em todos os trajetos da rede municipal, eliminando combustíveis fósseis e reduzindo a poluição do ar;
- ( ) Implementar o conceito de intermodalidade, integrando a bicicleta com o ônibus, e



- garantir a presença de bicicletários em todos os terminais de ônibus;
- Incentivar que empresas privadas ofereçam bicicletários e vestiários para os funcionários;
- Realizar pesquisas focadas em usuários do transporte coletivo para identificar melhorias necessárias;
- Acabar com a supremacia do carro no planejamento urbano, priorizando soluções de mobilidade sustentáveis.
- Investir em avaliações técnicas de implantação de lombadas na região norte, onde moradores sentem que faltam lombadas.

### **Clima**

- Enviar Projeto de Lei da Política Municipal de Mudanças Climáticas à Câmara;
- Fortalecer a Defesa Civil, oferecendo recursos adequados para a sua atuação (Recursos Humanos, Financeiros, Tecnológicos e Equipamentos);
- Realizar Diagnóstico referente à Iniciativa Construindo Cidades Resilientes da ONU;
- Aprovar o Plano Municipal de Conservação dos Biomas Mata Atlântica e Cerrado;
- Executar obras de drenagem urbana e armazenamento da água de chuva, que incluem piscinões, diques de contenção, canais e tubulações;
- Reduzir os índices de perda de água no sistema público de abastecimento;
- Manter e ampliar a arborização urbana em parques, praças, quintais e calçadas públicas;
- Instalar chuveiros públicos para moradores em situação de rua amenizarem o calor extremo durante as ondas de calor;
- Instalar chuveiros e bebedouros nas praças para promover o bem-estar da população;
- Realizar campanhas para prevenção de queimadas;
- Controlar a proliferação do inseto que transmite a dengue, isto é, não deixar água limpa parada em recipientes e edificações, além de destinar os resíduos sólidos de forma adequada;
- Criar um plano municipal de redução de riscos de desastres, incluindo a criação de núcleos de proteção da Defesa Civil;
- Incentivar a produção agroecológica de Piracicaba e a compra destes produtos por consumidores do próprio município;
- Implementar Programa de Educação Ambiental referente às práticas agrícolas sem queima e outras que contribuam para amenizar os impactos da mudança do clima;
- Promover um plano municipal de adaptação climática para enfrentar os desafios das mudanças climáticas;
- Criar e fomentar, com formação e equipamentos adequados, uma rede de brigadas contra o fogo para prevenção e combate a incêndios florestais e em áreas de





produção agroecológica;

- ( ) Revisar o plano de saneamento, destinando os resíduos verdes (resto de podas) para cobertura de solo e restauração de mata atlântica e cerrado;
- ( ) Implementar legislação que obrigue os condomínios a realizarem a separação dos resíduos, com processos de conscientização e formação para os síndicos;
- ( ) Promover controle térmico por plantas, utilizando vegetação adequada para minimizar o calor urbano;
- ( ) Estabelecer uma política de compromisso com o próximo gestor para a descarbonização da prefeitura e adoção de energia limpa.

Ressalta-se que estão disponíveis nos Anexos:

-Anexo I: A carta da COMCLIMA e a carta de recomendações da Assembleia Cidadã Juventude pelo Clima na Periferia implementada pelo Fórum do Projeto Potência Engrenagem do SESC;

- Anexo II: A Carta de Compromisso com a Sustentabilidade e Justiça Social da Pastoral da Ecologia Integral;

- Anexo III: A Carta de Propostas de grupo de articuladores com formação técnica no tema meio ambiente que viabilizam produtos, eventos e oficinas voltados para temáticas socioambientais;

- Anexo IV: Carta ASSUPIRA sobre Acessibilidades.

- Anexo V: Carta de intenções Coletivo de Turismo de Piracicaba.

Comprometo-me, ainda, em apresentar um relatório anual que demonstre de forma objetiva a execução das demandas aqui assinaladas;

Piracicaba, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
Assinatura





## ANEXO I

### Carta COMCLIMA

Ao(À) Senhor(a) Candidato(a),

Assunto: Solicitação de Apoio para a criação e implementação da Política Municipal de Mudanças Climáticas e Fortalecimento e Capacitação da Defesa Civil, considerando seu papel estratégico no enfrentamento da emergência climática

Prezado(a) Candidato(a),

Ao longo das últimas décadas, cientistas vêm alertando sobre os impactos das mudanças do clima do planeta, e suas consequências no que diz respeito ao aumento dos eventos climáticos extremos. Hoje, eventos extremos são a realidade em Piracicaba, no Brasil e no mundo, e cada vez com mais intensidade e frequência. O desastre ocorrido no Rio Grande do Sul, considerado o pior vivido pelos gaúchos até o momento, foi apenas o mais recente de uma série de eventos climáticos que ocorreram em nosso país nos últimos anos, e é um alerta do que podemos encontrar à frente.

No caso de nossa região, estamos em um ano com escassez de chuvas, e talvez venhamos a vivenciar situação de insegurança hídrica no segundo semestre. Além da alternância sazonal entre seca e episódios de chuvas torrenciais que causam deslizamentos, inundações e alagamentos, as projeções de extremos para nossa região incluem tornados, micro explosões e tempestades de areia. Geralmente, desastres naturais como os citados acima impactam também a infraestrutura dos municípios, o que gera desastres tecnológicos, como apagões e blecautes.

Não é mais possível pensar em governança municipal sem ter a questão climática como um eixo central do planejamento e da gestão territorial, e sem uma defesa civil equipada e preparada para responder a tamanho desafio. É crucial que o(a) próximo(a) prefeito(a) a ocupar o cargo de nossa cidade reconheça a importância de preparar nosso município para essas novas realidades. Por isso buscamos seu compromisso em implementar ações pertinentes e eficazes, já nos primeiros 100 dias de seu governo, no sentido de direcionar recursos e esforços para criar medidas de mitigação, adaptação, preparação e resposta a desastres, e posicionar Piracicaba entre as cidades que estão enfrentando a crise climática com seriedade e proatividade.

Nós, da Comissão Municipal de Mudanças Climáticas de Piracicaba (Comclima), vimos, por meio deste ofício, solicitar o seu compromisso, caso eleito(a) Prefeito(a) de Piracicaba, para as seguintes ações essenciais à adaptação climática de nosso município:

#### 1. Enviar projeto de lei da Política Municipal de Mudanças Climáticas à câmara:

**Objetivo:** Aprovar a Política Municipal de Mudanças Climáticas (PMMC), desenvolver um plano municipal de mudanças climáticas e colocá-lo em prática.





**Justificativa:** Em consonância com a Lei nº 14.904, de 27/06/2024, que estabelece diretrizes para a elaboração de planos de adaptação à mudança do clima, com fundamento na Lei nº 12.187, de 29/12/2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), esperamos aprovar a Política Municipal de Mudanças Climáticas. O principal ponto da Política, que está anexada a esta carta, é prever a criação de um Plano Municipal de Ação Climática (PAC). Este plano estará fortemente alinhado com o projeto da ONU “Construindo Cidades Resilientes 2030”, garantindo que Piracicaba adote medidas proativas e eficazes para reduzir os efeitos das mudanças climáticas e mitigar seus efeitos locais. Os dois principais objetivos do plano são:

- a) Mitigar a emissão de gases de efeito estufa provenientes de uso de energia, agropecuária, resíduos, indústria e mudança do uso da terra;
- b) Adaptar o município para reduzir a exposição a eventos extremos, como ondas de calor, estiagem e secas cada vez mais frequentes e intensas, com ênfase em justiça climática, ou seja, nas populações mais vulneráveis.

## **2. Realizar Diagnóstico de Cidades Resilientes da ONU:**

**Objetivo:** Realizar o diagnóstico da ONU para Cidades Resilientes ainda em 2025.

**Justificativa:** Utilizando as ferramentas da ONU que a Comclima pode disponibilizar, acreditamos que este diagnóstico será um passo fundamental para tornar Piracicaba uma cidade mais preparada e adaptada às mudanças climáticas, seguindo as diretrizes internacionais.

## **3. Fortalecimento da Defesa Civil:**

**Objetivo:** Ampliar significativamente o quadro de servidores e recursos da Defesa Civil com profissionais qualificados para atender à demanda da cidade.

**Justificativa:** Aumentar o quadro de servidores e recursos da Defesa Civil é crucial para que Piracicaba esteja preparada para enfrentar desastres naturais e outros incidentes que possam comprometer a segurança e o bem-estar de nossos cidadãos. Esperamos que a Defesa Civil assuma um protagonismo e responsabilidade na gestão da segurança da população e infraestruturas críticas de Piracicaba, apoiando e colaborando com as outras secretarias.

## **4. Plano Municipal de Conservação dos Biomas Mata Atlântica e Cerrado:**

**Objetivo:** Aprovar o Plano Municipal de Conservação dos Biomas Mata Atlântica e Cerrado (PMMA/Cerrado)

**Justificativa:** o PMMA/Cerrado está sendo elaborado por um Grupo de Trabalho Executivo composto pelo poder públicos, academia e sociedade civil organizada. Será o documento que conterà o diagnóstico ambiental, articulação com os demais planos municipais, bem como o planejamento integrado das ações de conservação dos fragmentos remanescentes dos biomas Mata Atlântica e Cerrado no município,





colaborando para a proteção dos mananciais, regulação dos recursos hídricos e clima, e proteção da biodiversidade da fauna e flora.

Estamos convictos de que seu compromisso com estas iniciativas será decisivo para o futuro sustentável de nossa cidade. Agradecemos antecipadamente por adotar estas propostas em sua plataforma de governo e estamos à disposição para fornecer mais informações e discutir esses pontos em maior detalhe.

“Eu me comprometo com as 4 ações essenciais propostas acima.”

### **ASSEMBLEIA CIDADÃ JUVENTUDE PELO CLIMA NA PERIFERIA**

#### **Carta com Recomendações de Ações sobre Adaptação às Mudanças do Clima em Piracicaba Parceria:**

Há muito tempo, nos seus relatórios de avaliação, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da Organização das Nações Unidas aponta evidências da influência humana no aquecimento global, indica os efeitos negativos deste aquecimento e recomenda ações para reduzir as emissões de Gases de Efeitos Estufa e para que as sociedades possam lidar melhor e responder aos impactos previstos, com vistas a evitar danos, prejuízos e mortes. Um relatório recente do Serviço Geológico do Brasil mostra que secas e cheias mais que dobraram de 2014 a 2023 em relação aos dez anos anteriores. De 2014 a 2023, foram 314 episódios de cheias, contra 182 nos dez anos anteriores. Foram 406 episódios de secas que atingiram o Brasil de 2014 a 2023, sendo 92 durante o período anterior. A maior cheia na Amazônia ocorreu em 2021 e seis das suas maiores cheias foram nos últimos dez anos, sendo que a pior seca aconteceu em 2023 e se prolongou até 2024. De acordo com notícias da Organização das Nações Unidas, o Brasil teve 12 eventos climáticos extremos em 2023, sendo 5 ondas de calor, 3 chuvas intensas, uma onda de frio, uma inundação, uma seca e um ciclone extratropical. Em maio de 2024, chuvas intensas afetaram a maior parte do Rio Grande do Sul e resultaram no que é considerado o maior desastre climático na história republicana do Brasil, com 172 mortos até o momento e bilhões de reais em perdas econômicas. Segundo a Nota Técnica no 01/2023 da Secretaria Adjunta VI – Recursos Hídricos, ligada à Secretaria Especial de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República, o município de Piracicaba está na lista dos 1.942 municípios (34,9% dos municípios brasileiros) mais suscetíveis às ocorrências de deslizamentos, enxurradas e inundações para serem priorizados nas ações da União em gestão de risco e de desastres naturais, com 2.812 pessoas em áreas mapeadas de riscos a estas ocorrências.

Ressalta-se que a Lei Complementar no 420/2020 introduziu alterações à Lei Complementar no 251/2010, que dispõe sobre a consolidação da legislação que disciplina a proteção ao meio ambiente, os programas e iniciativas na área de interesse





ambiental do Município de Piracicaba, no que tange à Comissão Municipal sobre Mudanças Climáticas (COMCLIMA), ou seja, instituiu a comissão em questão, definiu a sua composição e os respectivos objetivos. Um dos objetivos da COMCLIMA é fortalecer a justiça climática no município, considerando os aspectos socioeconômicos que podem amplificar as vulnerabilidades em um contexto de mudança do clima. A Justiça Climática pode ser compreendida como uma divisão mais justa dos investimentos e das responsabilidades no combate à emergência climática, uma exigência de que as soluções para a crise climática reconheçam que a base do problema está nas injustiças socioeconômicas, pois as consequências do aquecimento global atingem de forma muito diferente e desigual as pessoas, conforme seus recursos e grau de vulnerabilidade. Portanto, o conceito de Justiça Climática é um desdobramento de movimentos por Justiça Ambiental, que vincula direitos humanos e desenvolvimento para a salvaguarda dos direitos das pessoas mais vulneráveis, com a partilha dos encargos das mudanças do clima e de seus impactos de forma equitativa e justa. Enfatiza-se também que a COMCLIMA iniciou as suas atividades em junho de 2021. Destaca-se ainda que a Lei Complementar no 431/2022 introduziu alterações na Lei Complementar no 251/2010, modificada pela Lei Complementar no 420/2020, no que tange à COMCLIMA, isto é, tal comissão passou a ser constituída por representantes titulares e suplentes do Poder Público e de, no mínimo, 50% da Sociedade Civil, que comprovadamente desenvolvam projetos ou ações no município de Piracicaba. Outro fato relevante é que a COMCLIMA entregou uma Minuta da Política Municipal de Mudanças Climáticas à Prefeitura de Piracicaba em julho de 2022, a qual foi construída por meio de processo participativo. No entanto, apesar dos esforços da construção coletiva de tal minuta, as populações mais vulneráveis às consequências negativas do aquecimento global não foram ouvidas, evidenciando a necessidade de processos de participação popular em prol da Justiça Climática em Piracicaba na concepção do seu Plano Local de Ações Climáticas. Neste sentido, em duas ocasiões diferentes em reuniões ordinárias, a COMCLIMA aprovou a implementação de Assembleia Cidadã durante o processo de concepção do plano mencionado, porém em momento a ser considerado mais oportuno na visão da própria comissão. Por sua vez, o Fórum do Projeto Potência Engrenagem do Serviço Social do Comércio - SESC implementou uma Assembleia Cidadã denominada Juventude pelo Clima na Periferia de Piracicaba justamente para dar voz a um grupo que está entre as populações mais vulneráveis, pois não possuem responsabilidades relativas às causas das mudanças climáticas, mas já sentem os respectivos efeitos. O Projeto Potência Engrenagem refere-se a um grupo de coletivos que desenvolvem ações sociais, ambientais e/ou culturais em Piracicaba, com vistas ao bem comum da população. O seu Fórum funciona a partir de encontros mensais, que é o espaço para discussões e decisões voltadas à gestão e à execução coletiva do projeto. Este Fórum, por meio da parceria entre o Barranco Cultural, a Casa do Hip-Hop, o Movimento Tô Aqui e o Mandato Coletivo “A Cidade é Sua”, e com o apoio





do Delibera Brasil e do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola - IMAFLORA, realizou a Assembleia Cidadã citada em 3 sessões nos dias 16, 23 e 30 de junho de 2024, no SESC. De forma simplificada, a assembleia cidadã é uma ação de participação popular para aprender e discutir sobre determinado assunto, e a partir de consensos, deliberar recomendações voltadas à Política Pública em debate para Prefeitura e líderes governamentais. Os objetivos da assembleia em questão são promover a participação popular de jovens da periferia piracicabana na Política Climática Local, além de aprender, discutir e deliberar sobre ações prioritárias relativas às formas de como lidar melhor e como responder aos efeitos negativos das mudanças do clima em Piracicaba, ou seja, deliberar recomendações de ações prioritárias pertinentes à adaptação. Os participantes desta assembleia foram uma parte dos jovens atendidos em ações desenvolvidas pelos parceiros da assembleia em várias comunidades do município. Na prática, as sessões contaram com a presença de jovens do Santa Fé, do Jardim Gloria, do Jardim São Paulo, do Monte Líbano e da comunidade Renascer, além da participação de membros da Associação de Surdos Libras de Piracicaba – ASSUPIRA. Eles receberam informações e discutiram sobre Justiça Climática, Protagonismo Juvenil, Mudanças Climáticas, Consequências do Aquecimento do Planeta no Brasil e em Piracicaba, e possíveis ações de adaptação no município, nos bairros ou comunidades onde moram. Especificamente nas atividades participativas referentes à Adaptação Climática, foram debatidas possíveis ações a partir de um Guia contendo 52 propostas, sendo que os jovens incluíram outras três possíveis ações, totalizando uma lista com 55 ações. No primeiro momento, eles chegaram em 40 propostas e posteriormente, após atividade participativa para definição de ações prioritárias, deliberaram 9 ações prioritárias para adaptação climática em Piracicaba e nos bairros ou comunidades. O presente documento é resultado da Assembleia Cidadã Juventude pelo Clima na Periferia e tem o objetivo de recomendar ações de adaptação e influenciar a tomada de decisão política, contemplando a justiça climática e as ações fundamentais da agenda climática nos encaminhamentos eleitorais e nos planos dos atuais e futuros gestores públicos. Solicitamos à Vossa Excelência que as propostas sistematizadas a seguir em 9 Ações Prioritárias para Adaptação Climática em Piracicaba sejam observadas atentamente e inseridas no Plano Local de Ações Climáticas durante a sua construção, demonstrando alinhamento e comprometimento político com a agenda de clima, com a sua urgente implementação, com o protagonismo juvenil e a justiça climática nesta pauta pública, sem a pretensão de esgotar as discussões sobre outras ações necessárias ou modos e caminhos complementares para o enfrentamento à crise climática.

1. Fortalecimento da Defesa Civil de Piracicaba, oferecendo recursos adequados para a sua atuação (Recursos Humanos, Financeiros, Tecnológicos e Equipamentos).

2. Obras de drenagem urbana e armazenamento da água de chuva, que incluem piscinões, diques de contenção, canais e tubulações.



# A CIDADADE QUE REAMOS

3. Redução dos índices de perda de água no sistema público de abastecimento.
4. Manutenção e ampliação da arborização urbana em parques, praças, quintais e calçadas públicas.
5. Chuveiros públicos para moradores em situação de rua amenizarem o calor extremo.
6. Campanhas para prevenção de queimadas.
7. Controle na proliferação do inseto que transmite a dengue, isto é, não deixar água limpa parada em recipientes e edificações, além de destinar os resíduos sólidos de forma adequada.
8. Incentivos à produção agroecológica de Piracicaba e compra destes produtos por consumidores do próprio município.
9. Programa de Educação Ambiental referente às práticas agrícolas sem queima.



Realização:



Comissão Organizadora e Grupo de Conteúdo da Assembleia Cidadã  
Juventude pelo Clima na Periferia de Piracicaba

*Ayri Saraiva Rando*

Ayri Saraiva Rando – Assessor do Mandato Coletivo “A Cidade é Sua”, Voluntário do Projeto Ladeira da Casa do Hip-Hop e Integrante do Fórum do Projeto Potência Engrenagem

*DB*

Douglas Brunelli – Engenheiro Ambiental e Integrante do Fórum do Projeto Potência Engrenagem

*Mayra K. Camargo*

Mayra Kristina de Camargo – Idealizadora do Barranco Cultural, Diretora da Casa do Hip-Hop e Integrante do Fórum do Projeto Potência Engrenagem

*Savana Fernandes*

Savana Marilu Fernandes - Voluntária do Movimento Tô Aqui e Integrante do Fórum do Projeto Potência Engrenagem





## ANEXO II

### CARTA PASTORAL DA ECOLOGIA INTEGRAL

#### CARTA DE COMPROMISSO COM A SUSTENTABILIDADE E JUSTIÇA SOCIAL

##### PREÂMBULO:

Eu, (nome do candidato), candidato a Prefeito(a) Municipal de (nome da cidade) nas eleições de 2024, reconheço a importância do conteúdo e do alerta contido na encíclica "Laudato Si'" do Papa Francisco, que enfatiza a responsabilidade coletiva em cuidar da nossa Casa Comum, o nosso planeta Terra, bem como a necessidade deste município buscar atingir os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Comprometo-me, se eleito(a), a promover políticas públicas que garantam a sustentabilidade ambiental, justiça social e qualidade de vida para todos os cidadãos do nosso município, com os seguintes termos:

##### COMPROMISSOS:

#### 1. Desenvolvimento Municipal Sustentável com Conservação Ambiental e voltado ao Bem-Estar das Pessoas

- Elaborar e/ou implementar a Agenda 2030 do Município, buscando atender localmente os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS propostos pela ONU;
- Promover o desenvolvimento sustentável urbano e rural, com um modelo que não privilegie apenas o aspecto financeiro, mas a valorização social e do bem-estar ambiental e para toda a comunidade, bem como respeite as diretrizes do Plano Diretor do Município;
- Elaborar planejamentos e uso dos espaços urbanos de longo prazo, com a criação e manutenção de espaços verdes públicos, melhoria do transporte coletivo e incentivo ao transporte sustentável (inclusive não motorizado);





- Na implementação de projetos de infraestrutura, minimizar os impactos ambientais e promover a sustentabilidade.
- Promover a transição energética para o uso de fontes de energias alternativas sustentáveis nos espaços, veículos, equipamentos e serviços públicos, bem como incentivar essa transição nos agentes privados.
- Elaborar e implementar Planos Municipais para a Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas, ouvidos os colegiados de meio ambiente e mudanças climáticas.
- Buscar compatibilizar o Plano Diretor e as legislações e programas municipais ao previsto no plano de bacia da Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI) na qual o município está localizado.

## **2. Valorização da relação entre o ser humano e a natureza na promoção da saúde e bem-estar**

- Valorizar as práticas de medicina e terapias alternativas e o contato com a natureza para a promoção da saúde e bem-estar da população;
- Incentivar a alimentação agroecológica, saudável e sustentável.

## **3. Gestão Integrada de Resíduos, com valorização de seus Agentes**

- Desenvolver e manter sistemas eficazes de gestão de resíduos sólidos, incentivando a redução, reutilização, reciclagem e compostagem;
- Fomentar a compostagem dos resíduos sólidos orgânicos do Município;
- Elaborar e/ou implementar o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, valorizando a logística reversa e a economia circular, em sintonia com as Políticas Nacional e Estadual de Resíduos Sólidos;
- Apoiar os catadores de recicláveis e fomentar sua organização em associações e/ou cooperativas, promovendo a inclusão econômica e social destes agentes;
- Disponibilizar lixeiras públicas no município em quantidade suficiente para uso da população em geral;





- Desenvolver políticas públicas de incentivo à adesão das empresas a práticas de economia circular.

#### **4. Arborização Urbana**

- Desenvolver um plano de arborização urbana priorizando a plantação de árvores nativas em áreas urbanas, proporcionando sombra, melhorando a qualidade do ar e contribuindo para a biodiversidade urbana;
- Atuar na manutenção e preservação das árvores nativas e na criação de áreas verdes arborizadas em bairros com menor cobertura vegetal;
- Considerar, na implantação de projetos urbanos, a conservação das árvores existentes, evitando sua retirada.

#### **5. Geração de Energia Sustentável**

- Apoiar e promover o uso de fontes de energia sustentáveis, especialmente solar e eólica, no município.
- Propor a criação de incentivos fiscais para residências e empresas que adotem tecnologias de energia sustentável, os quais beneficiem principalmente as habitações populares.

#### **6. Garantia de Acesso Universal à Água e Saneamento**

- Implementar políticas para a conservação e o uso eficiente e sustentável da água, garantindo o acesso universal à água potável;
- Disponibilizar água potável, por meio de bebedouros públicos, para a população em geral, com especial atenção para aquela em situação de rua;
- Investir em infraestrutura de saneamento básico para todos os cidadãos, de forma que o município busque atingir ou manter os 100% de coleta e tratamento de esgoto, inclusive na zona rural;
- Elaborar e/ou implementar o Plano Municipal de Recursos Hídricos e resolver eventuais problemas de interrupção de fornecimento de água em bairros específicos do município;





- Elaborar e/ou implementar Planos de redução de perdas nos sistemas de abastecimento.

#### **7. Conservação e Gestão das Áreas Protegidas (Unidades de Conservação, Estações, Áreas de Preservação Permanente, Reservas Legais, entre outras)**

- Desenvolver e implementar planos de manejo e conservação das áreas protegidas garantindo sua proteção e uso sustentável;
- Identificar, preservar e recuperar córregos e riachos nas áreas urbanas e rurais, incluindo suas matas ciliares e nascentes, visando à proteção das microbacias hidrográficas;
- Propor que as áreas de preservação permanente (APP), localizadas em áreas urbanas, as quais não tiverem sido convertidas em usos alternativos do solo, sigam as mesmas regras de proteção das APPs em áreas rurais, previstas no Código Florestal.
- Buscar implementar, ampliar e/ou fortalecer os programas de Pagamento por Serviços Ambientais e outras iniciativas de adequação ambiental das propriedades rurais, com especial atenção aos pequenos proprietários.

#### **8. Apoio e integração das organizações que atuam com Educação e Conservação Ambiental**

- Promover a educação ambiental nas escolas e comunidades, aumentando a conscientização socioambiental sobre a importância da construção de sociedades sustentáveis;
- Promover a educação ambiental de forma integrada com as demais políticas públicas do município, como a Cultura, a Assistência Social, a Saúde, a Educação, o Turismo, entre outras;
- Lançar campanhas de conscientização pública sobre práticas sustentáveis;
- Incentivar a criação, o fortalecimento e a integração de grupos e espaços de participação popular voltados ao diálogo e ações socioambientais, inclusive os conselhos municipais e outros colegiados;





- Criar e/ou fortalecer mecanismos de comunicação sobre as questões e ações socioambientais desenvolvidas no município, buscando atingir a diversidade da população.

### **9. Fomento e institucionalização de Ações de Educação Ambiental**

- Elaborar e/ou implementar, de forma participativa, Plano Municipal de Educação Ambiental abordando tanto a educação formal quanto a não formal;
- Propor a institucionalização de ações de educação ambiental desenvolvidas pelo poder público municipal, de modo que as mesmas tenham recursos previstos e garantia de continuidade independentemente de eventuais mudanças de gestão.

### **10. Segurança Alimentar, Justiça Social, Fomento à economia circular, solidária e criativa e Proteção aos Mais Vulneráveis**

- Considerar os impactos sociais e ambientais, de forma integrada, nas decisões políticas, olhando especialmente para os mais vulneráveis, considerando o conceito de justiça ambiental;
- Assegurar equidade no acesso a recursos naturais e serviços essenciais para todas as comunidades;
- Identificar as situações de insegurança alimentar no município e fomentar políticas de atendimento imediato;
- Desenvolver políticas para a agroecologização do território, buscando a alimentação saudável, a justiça social e a conservação ambiental, com especial olhar para a agricultura familiar;
- Desenvolver políticas públicas que incentivem a agricultura agroecológica urbana, com especial atenção para a participação das mulheres e grupos vulneráveis;
- Fortalecer a agricultura familiar, incentivando a diversificação das culturas agrícolas e a transição agroecológica;
- Fomentar o comércio de produtos da agricultura familiar e agroecológica, buscando facilitar a relação entre os produtores e os consumidores;





- Desenvolver programas de apoio ao empreendedorismo sustentável, incentivando práticas de economia circular e solidária.
- Promover a capacitação e acesso a microcréditos para iniciativas locais que respeitem o meio ambiente e promovam a inclusão social;
- Incentivar cooperativas e associações que adotem práticas sustentáveis e criem oportunidades de trabalho nas comunidades;
- Desenvolver políticas públicas que incentivem a reutilização e reciclagem de materiais, apoiem empreendimentos solidários e promovam a inovação e a criatividade na gestão de resíduos e produção sustentável.

#### **11. Participação Cidadã no Planejamento Envolvendo as Comunidades**

- Envolver a comunidade na tomada de decisões relacionadas ao meio ambiente e promover a transparência nas ações governamentais;
- Fortalecer e garantir independência de atuação dos conselhos municipais de meio ambiente e demais relacionados;
- Implementar plataformas e mecanismos que facilitem a participação cidadã em questões ambientais.

#### **12. Rede de Infraestrutura Sustentável para Edificações, Transportes e Uso do Solo**

- Promover construções ecológicas e sustentáveis em todos os projetos de infraestrutura pública e incentivar tais construções na esfera privada;
- Melhorar o transporte público e buscar torná-lo mais sustentável (com energias alternativas);
- Incentivar modos de transporte não motorizados, como ciclismo e caminhada, com ciclovias, ciclofaixas, melhoria da acessibilidade das calçadas, entre outras medidas;
- Ampliar o índice de permeabilidade do solo urbano, propondo alteração da legislação, se necessário, e fixando diretrizes para ruas, passeios e vias públicas para aumentar a absorção de água e proteger os lençóis freáticos.





### 13. Proteção da Fauna Urbana e Rural

- Identificar a fauna urbana e rural e desenvolver políticas de proteção e preservação dos animais e seus habitats naturais, incluindo passagens de fauna;
- Criar programas de monitoramento e preservação da fauna local, envolvendo a comunidade em ações de conscientização, proteção e ciência cidadã.

### ANEXO III

#### PROPOSTAS GRUPO DE ARTICULADORES COM FORMAÇÃO TÉCNICA NO TEMA MEIO AMBIENTE QUE VIABILIZAM PRODUTOS, EVENTOS E OFICINAS VOLTADOS PARA TEMÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS PARA A CIDADE QUE QUEREMOS

As propostas aqui listadas são fruto de articulações da equipe técnica do projeto com produtos de eventos e oficinas participativas voltados para temáticas socioambientais, como mitigação e adaptação às mudanças climáticas, justiça climática, soberania e segurança alimentar e nutricional, agroecologia e gestão de resíduos. Essas políticas devem sempre considerar programas e projetos municipais e estaduais já existentes e devem enfatizar a participação social na sua elaboração, com vistas ao planejamento de ações que sejam adequadas a cada realidade.

**1. Políticas que visem políticas de Infraestrutura Verde, como arborização urbana e áreas verdes.** As políticas públicas de arborização urbana devem conter: procedimentos de diagnóstico da situação de todos os bairros, fiscalização e monitoramento das espécies arbóreas nas áreas urbanas, respeito a todos os processos legais para licenciamento e autorização para supressão de árvores, incentivo ao plantio de árvores de espécies nativas e adequadas aos diferentes tipos de espaços urbanos, localização e cadastro das mudas das árvores plantadas, realização de manutenções e de podas que forem necessárias, sempre priorizando a saúde das árvores. Elas devem buscar cumprir os objetivos ecológicos e socioambientais da vegetação dentro das cidades e em seus arredores. É preciso, também, que essas políticas sejam integradas com outras áreas de atuação e tenham continuidade de longo prazo.

**2. Políticas que visem integrar as zonas urbanas, periurbanas e rurais por meio de programas e projetos que fortaleçam a agricultura familiar e a restauração de áreas degradadas.** Seguem possibilidades importantes: destinação da produção agrícola familiar local para alimentação, com programas como o PAA (Programa de





Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar); articulação de redes de economia circular local; destinação dos resíduos de podas de árvores da arborização urbana para cobertura de solo em plantios da agricultura familiar e em áreas de reflorestamentos ambientais; implantação de corredores ecológicos entre os remanescentes de vegetação nativa; educação popular, para abordar as temáticas de proteção à fauna e à vegetação; fomento do ecoturismo educativo, inclusive em áreas de restauração ecológica; implantação de medidas de resolução de conflitos entre a população e a fauna silvestre; realização de mutirões de plantio integrados a ações educativas; promoção de melhorias nas vias de acesso e transporte, como as estradas e rodovias que interligam as regiões; ampliação do acesso à energia e à internet no campo, dentre outras.

**3. Políticas que visem implementar leis que facilitem a adaptação dos municípios frente às mudanças climáticas.** As leis e normas propostas devem ser baseadas no Plano Nacional sobre Mudança do Clima e devem regular a realização de diagnósticos socioambientais locais e a implementação de projetos e ações que trabalhem com soluções para os problemas levantados. Essas políticas públicas também devem contribuir para a mobilização dos recursos necessários para a implementação das soluções recomendadas, com foco na promoção da justiça climática a partir do combate efetivo às situações de racismo ambiental contra pessoas em situação de vulnerabilidade e da realização de medidas reparadoras às suas vítimas. É preciso, também, garantir espaços para que as pessoas possam se posicionar politicamente, com melhorias na comunicação e na acessibilidade, para que as comunidades se unam por uma causa comum e gerem engajamento para trabalhar a sua autonomia e participação em decisões políticas envolvendo as mudanças climáticas.

**4. Políticas que destinem recursos para a proteção e conservação da biodiversidade da fauna nativa.** Devem prever direcionamento de recursos para projetos e instituições que contribuam para a proteção da fauna nativa, tais como implementação de jardins botânicos, pomares fontes de sementes, sistemas agroflorestais, Unidades de Conservação e outras Áreas Naturais Protegidas, Zoológicos Municipais, centros de reabilitação de fauna, dentre outros. As ações devem ser orientadas pela Lei Federal 9.605/1998, que regulamenta autorizações de uso e manejo e define Crimes Ambientais. Também servem de guia os Planos Nacionais e Municipais de manejo e de conservação de grupos de espécies ameaçadas ou invasoras.

**5. Políticas que visem criar e fortalecer políticas públicas voltadas para a transição agroecológica em espaços urbanos, periurbanos e rurais.** As políticas devem envolver incentivos: para a implementação e manutenção de hortas e sistemas





agroflorestais comunitários urbanos; para a transição da produção agrícola industrial baseada em elevados usos de agrotóxicos, fertilizantes químicos e sementes transgênicas para uma agricultura orgânica e sustentável; para o redirecionamento de políticas de financiamento e de isenção fiscal para agricultura familiar e de pequena e média escala; para a comercialização circular em circuitos curtos dos alimentos e produtos oriundos desta agricultura. É preciso focar no fortalecimento de uma produção agrícola e alimentar popular e sustentável, voltada para o abastecimento dos mercados locais e para o desenvolvimento da autonomia dos pequenos e médios produtores.

**6. Políticas que visem reorganizar o sistema de gestão de resíduos sólidos urbanos, com o direcionamento dos resíduos orgânicos e de podas de árvores para uma agricultura mais sustentável, com a transformação desse recurso em material triturado para a cobertura de solo ou para o uso em compostagens.** É preciso que as políticas públicas voltadas à gestão de resíduos sólidos entendam e valorizem os materiais orgânicos (roçada, poda, triturado, resíduo doméstico) como um importante recurso para a manutenção da fertilidade do solo. Tal reconhecimento deve ser amparado por políticas que possam definir os diferentes tipos de resíduos e regulamentar suas possíveis destinações, de modo que seja refletida na prática da gestão municipal a preocupação com a sustentabilidade das cadeias produtivas e da agricultura. Além disso, elas devem ser integradas a políticas de fortalecimento da agricultura familiar e de projetos de restauração ambiental, em busca de geração de renda e de empregos, e à economia de gastos públicos com transporte de materiais a aterros e lixões. Esse uso dos resíduos orgânicos contribui, ainda, para a produção descentralizada de alimentos e para o favorecimento do ciclo da água. Para isso, devem ser organizados mecanismos e procedimentos de separação e limpeza dos resíduos, bem como de priorização para destinação do material de podas para agricultoras e agricultores familiares, em transição agroecológica, em cooperativas e/ou em propriedades com sistemas agroflorestais; hortas escolares, comunitárias e urbanas; viveiros municipais; projetos de restauração de áreas degradadas e compostagens. Ademais, devem ser organizadas ações de educação ambiental para abordar a questão da destinação de resíduos sólidos e capacitar os trabalhadores que realizam as podas de árvores nas cidades.

**7. Políticas que visem proteger e ampliar a cobertura de vegetação nativa, com o desenvolvimento, a implementação e a destinação de recursos para um Plano Municipal de Mata Atlântica e Cerrado.** É preciso construir políticas públicas de restauração ambiental da Mata Atlântica e do Cerrado com a perspectiva de conexão de paisagens, destinando mais recursos e mais áreas para a proteção desses biomas. Tais políticas devem incluir a realização de diagnósticos socioambientais locais; a prospecção de áreas para a restauração da vegetação nativa; a obtenção de mudas e





sementes com qualidade adequada, assim como outros insumos necessários para os projetos de restauração; a manutenção dos plantios, a implementação de estratégias de atração de fauna e de educação ambiental e a continuidade dos empregos gerados a partir dessas atividades.

**8. Políticas que visem desenvolver, colocar em prática e destinar recursos para um Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável.** Esse plano deve ser guiado pelo Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS), o qual traz uma matriz de estratégias, iniciativas e metas, divididas em objetivos e com indicações dos respectivos órgãos responsáveis; e por planos municipais já existentes na região. Em adição, ele deve ser alinhado a outras políticas de desenvolvimento territorial, priorizando a interligação entre os diferentes setores produtivos e entre as regiões rurais, urbanas e periurbanas. É preciso considerar, ainda, a participação social na sua elaboração, visto que as propostas aqui abarcadas visam o fortalecimento da agricultura familiar local.

**9. Políticas que visem a criação e o fortalecimento das Políticas de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSAs).** Elas são estratégias para recompensar financeiramente proprietários de terras, comunidades ou indivíduos que adotem práticas de conservação ambiental, de proteção à biodiversidade, de mitigação das mudanças climáticas e/ou da prestação de outros serviços ecossistêmicos valiosos para a sociedade. Essas políticas reconhecem que os serviços ambientais têm benefícios que vão além do proprietário da terra e são essenciais para o bem-estar social, econômico e ambiental de toda a população. Portanto, oferecem incentivos para encorajar práticas que mantenham ou melhorem esses serviços e são fundamentais para que se disponibilizem terras para a restauração florestal e ecológica.

**10. Políticas que visem a recomposição florística e recuperação ambiental em áreas de risco e regiões periféricas.** Elas devem incluir provisões para pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade, bem como incentivar a criação de identidade e pertencimento com relação ao território. Isso deve ser feito a partir da recuperação de mananciais hídricos, da captura de gás carbônico, da recuperação da biodiversidade, da amenização das ilhas de calor e da redução da ocorrência de tragédias. A escolha das mudas para os plantios deve respeitar a diversidade da flora local.

**11. Políticas que visem a promoção e a continuidade da Participação Popular, principalmente de grupos vulneráveis.** Com a finalidade de fortalecer a incidência política, elas devem se basear na experimentação e na institucionalização de novos espaços de participação popular, como as assembleias cidadãos e o fortalecimento das organizações da sociedade civil, garantindo a participação popular nos processos





políticos de tomada de decisão. As propostas devem ser executáveis pela prefeitura e outros tomadores de decisão, buscando-se sempre respeitar e estabelecer direitos humanos básicos.

## ANEXO IV

### Carta Acessibilidade (ASSUPIRA)

#### QUEREMOS UMA CIDADE ACESSÍVEL PARA TODOS

- **Acessibilidade atitudinal:** Queremos uma cidade que promova o acesso à informação adequada sobre os diferentes tipos de deficiência, transtornos, síndromes e Altas Habilidades/Superdotação para que todas as pessoas possam tratar umas as outras com mais respeito e dignidade.
- **Acessibilidade arquitetônica:** Queremos uma cidade acessível para que todos tenham o direito de ir e vir com independência e autonomia. Queremos ainda que a acessibilidade arquitetônica seja compreendida como uma necessidade para todos, afinal rampas e outros recursos são muito úteis para carrinhos de bebê, gestantes, acidentados e idosos.
- **Acessibilidade metodológica:** Queremos que a educação com qualidade seja oferecida para todas as pessoas independente de suas características orgânicas, físicas ou psíquicas. Pensar nas metodologias e estratégias de ensino é fundamental para que a educação alcance seus objetivos com todas as pessoas.
- **Acessibilidade programática:** Queremos a sensibilização, conscientização e aplicação das normas, decretos, regulamentações, leis e políticas públicas que respeitam as necessidades das pessoas com deficiência. O Brasil tem uma das legislações mais avançadas do mundo na área da inclusão. Só nos resta colocar em prática.
- **Acessibilidade instrumental:** Queremos que as ferramentas criadas para facilitar a educação e a vida das pessoas com deficiência, transtornos, síndromes e/ou Altas Habilidades/Superdotação sejam adquiridas, usadas e aperfeiçoadas. Queremos ainda que os profissionais sejam capacitados para que utilizem esses recursos da melhor forma possível.
- **Acessibilidade nos transportes:** Queremos que o transporte seja acessível para que pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida possa estar cada vez mais inserido nas atividades do município. Que o projeto elevar já existente possa ser ampliado em qualidade e quantidade de atendimentos.
- **Acessibilidade nas comunicações:** Queremos que as informações cheguem a todas as pessoas. Para que isso seja possível precisamos repensar o uso que fazemos





dos Intérprete de Libras, dos assistentes virtuais, das legendas em vídeos, das inteligências artificiais e de outros tantos recursos que estão sendo criados.

- Acessibilidade digital: Queremos que a vida digital esteja acessível para todas as pessoas independente se sua classe social ou de suas características orgânicas, físicas ou psíquicas. Se estamos na era digital, qualquer impedimento que impeça a pessoa de ter acesso a esse avanço tecnológico será também um impedimento para seu desenvolvimento de modo geral.
- Acessibilidade natural: Queremos que a vida na cidade ou no campo esteja acessível para todos.

## ANEXO V

### Carta de Intenções Coletivo de Turismo de Piracicaba

O Coletivo de Turismo de Piracicaba é a união de Guias de Turismo, Agentes de Informações Turísticas, Monitores de Turismo e Monitores 60+ ,que buscam unir forças para fomentar o turismo e acreditam que através de incentivo é possível trabalhar e viver deste trabalho em nossa cidade.

O Coletivo nasceu em uma sala de aula, durante um Curso de Agente de Informações Turísticas, patrocinado pela prefeitura de Piracicaba, onde alguns membros viram a necessidade de união para poder movimentar o setor e ir em busca de melhorias.

Para isso acreditamos que a criação de uma Central Municipal de Turismo, poderá agregar e muito para o desenvolvimento permanente e sustentável do turismo local, pois poderá centralizar e direcionar ações.

Um breve descritivo das atividades envolvidas que visam trazer benefícios ao município:

- controle do tráfego de entrada e saída de veículos de turismo na cidade: através da criação de uma central para agendamento turístico, onde todos os grupos que pretendem adentrar ao município, possam realizar seu cadastro e receber todas as informações das leis municipais vigentes, com isso teremos um turismo sustentável e coordenado.
- controle de fluxo de trânsito: através da criação de rotas obrigatórias e locais específicos para embarque, desembarque e estacionamento para o turismo receptivo.
- definição de locais estratégicos para embarque e desembarque do turismo emissivo, que poderia ser na região central em uma das baias dentro da própria rodoviária, que já tem estrutura para isso e também próximo aos terminais urbanos da cidade, descentralizando e acolhendo essa demanda .
- aumento de horários de ônibus aos finais de semana na região da Rua do Porto: para facilitar o deslocamento dos trabalhadores destes locais que dependem do transporte público.





# A CIDAD E QUE REMOS

- controle de interesse turístico: elaborando estatísticas de quais atrativos turísticos geram mais interesse de visitação aos grupos e turistas individuais e com isso poder priorizar ações e investimentos.
- geração de emprego e renda: com implantação de uma lei municipal, com exigência de contratação de Guia de Turismo devidamente legalizado para acompanhamento de grupos acima de 10 pessoas, teremos mais oportunidade de trabalho para os mais de 100 Guias cadastrados junto ao Cadastur, que queiram regularizar seu MEI e poder exercer a profissão aqui na cidade.
- proporcionar vivência com conteúdo: uma visita guiada mais aprofundada na história de nosso município, traz encantamento e maior valorização do roteiro.
- colocar a cidade no mapa turístico: divulgando em feiras de turismo e eventos do setor em todo o Brasil e América do Sul, elaborar também um esquema para uma forte divulgação de mídia para com as agências de turismo emissivo do estado de São Paulo e estados vizinhos.
- aumentar o tempo médio de permanência do turista: hoje aos finais de semana temos 90% de turistas de um dia, com trabalho forte e incentivo podemos aumentar o tempo de permanência para dois ou mais dias, fazendo um trabalho junto aos hotéis que ficam com vagas ociosas aos finais de semana, para que os grupos permaneçam no município, e junto aos comerciantes de todo o trade turístico do município, criando além dos tradicionais roteiros diurnos, novas experiências em atrativos noturnos também, bem como alinhando o calendário de eventos da cidade com passeios guiados, isso aumentará o ticket médio gasto aqui.
- catalogar todos os roteiros turísticos da cidade e região: fazer levantamento de pontos de interesses, fracos e fortes, estrutura de vias públicas no entorno, pontos de comércio, ver as opções de alavancar outras possíveis regiões e fortalecer o turismo para além da tradicional Rua do Porto.
- elaborar passeios com saídas programadas ao longo do dia, aos finais de semana em tours curtos a pé por determinadas regiões da cidade e também tours mais distantes feitos com Van, para os turistas avulsos que estão na região da Rua do Porto poderem passear pela cidade, sem se preocupar em onde ir ou o que fazer e tendo o auxílio de um Guia de Turismo para auxiliar e agregar ainda mais encantamento ao passeio.
- Manter o município no MIT: através de todo este trabalho forte e focado em resultados, para utilização das verbas destinadas para tal fim.
- Utilização do Casarão do Turismo: aberto durante toda a semana como Centro de Informações Turísticas, tendo agentes ou guias de turismo a disposição para auxiliar os turistas e sendo utilizado também para os trabalhos administrativos, concentrando ali no coração turístico da cidade a recepção de grupos e de turistas para as saídas aos passeios e sempre com instruções sobre meio ambiente e a importância da preservação de nosso rio, nossa fauna e nossa flora, trazendo um desenvolvimento sustentável e permanente ao turismo.



Nós do Coletivo de Turismo queremos fazer este trabalho e contamos com o seu apoio e empenho para colocarmos as ações em prática.

Eu, candidato na cidade de Piracicaba/ SP, nas eleições municipais no ano de 2024, para o mandato 2025 a 2028, venho através deste assumir o compromisso junto ao Coletivo de Turismo de Piracicaba , que estarei priorizando a implantação da Central Municipal de Controle de Turismo.

